

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017 PROCESSO Nº 0070/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO E U.B.S DO JD. SÃO JOSÉ.

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 45 /2017

I - DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: Município de Américo Brasiliense, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 43.976.166/0001-50, com sede à Av. Eugênio Voltarel, n. 25, neste ato representado pelo Prefeito do Município Sr. Direcu Brás Pano.

CONTRATADA: ANA JULIA SCAGGION - ME, CNPJ n.º 24.331.827/0001-46, INSCR. ESTADUAL n.º 587.228.936.113, com sede à Rua 09, n.º 58 – 2º andar, bairro Saúde, Cidade de RioClaro, Estado de São Paulo, neste ato representada por Ana Julia Scaggion, RG: 43.561.336-4 e CPF: 355.228.278-58.

II - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CENTRO E U.B.S DO JD. SÃO JOSÉ, de acordo com as quantidades, especificações, condições, valores unitários e globais constantes no Anexo II do Edital, no termo de adjudicação do processo licitatório de Pregão nº 0039/2017 e da proposta da CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte deste instrumento.

III - SUPORTE LEGAL

Lei Federal 8.666/93, com alterações posteriores e normas do Edital e demais anexos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017, ao qual se encontra vinculado.

IV - SUPORTE FINANCEIRO

Os recursos financeiros serão atendidos por verbas de recursos constantes do orçamento vigente, conforme classificação, Fichas: 533 e 542, Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente, 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente, Unidade: 02.07.07 - INVESTIMENTOS, 02.07.07 - INVESTIMENTOS, Funcional: 0055 - INVESTIMENTOS SAUDE, 0055 - INVESTIMENTOS SAUDE.

V - VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá duração estimada de **3 (três) meses** a partir da data de sua assinatura e vigerá até que se conclua o pleno recebimento do bem licitado ou até que se esgote o período acima citado, facultada a sua prorrogação ou a celebração de Termo Aditivo entre as partes, nos termos estabelecidos na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

PA



VI - REAJUSTE, PREÇOS E PAGAMENTO

Fica vedado o reajuste de preços, salvo se, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto, para manter o equilíbrio econômico financeiro inicial, ou ainda na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, porém, de conseqüências que, comprovadamente tragam prejuízos financeiros à Contratada. Qualquer pedido de revisão do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato dependerá de solicitação formal, devida instruída com os documentos necessários à comprovação da variação do preço de cada item no mercado, de modo a demonstrar cabalmente a pertinência dos argumentos do pedido, nos termos do art. 65, Inciso II, "d" e § 8º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Nestes termos, o valor deste Contrato, assim como as condições de pagamento, ficam assim fixados:

ITEM	UN.	QUANT.	Nosso Código / Descrição das Mercadorias ou Serviços	VI. Unitário	Preço Total	Marca
2	UN	11	054.0357 - ARMÁRIO VITRINE DE AÇO COM UMA PORTA, conforme especificações do Anexo II do Edital.	R\$ 335,00	R\$ 3.685,00	ARTACO
7	UN	3	054.0318 - MESA DE REUNIÃO RETANGULAR; conforme especificações do Anexo II do Edital.	R\$ 375,00	R\$ 1.125,00	GODOY MOVEIS
9	UN	2	1110940 - SMART TV LED 43 POLEGADAS , RESOLUÇAO ULTRA HD - 4K - HDMI, USB, DTV E WIFI	R\$ 2.816,00	R\$ 5.632,00	LG

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 10.442,00 (Dez mil e quatrocentos e quarenta e dois reais).

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos veículos indicados na Ordem de Fornecimento.

Os pagamentos serão efetuados proporcionalmente à quantidade efetivamente entregue, conforme documento de comprovação assinado pelo preposto do Município e mediante a exibição dos documentos fiscais hábeis para pagamento, nos termos do artigo 63, da Lei Federal 4.320/64.

VII – RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município ou bilateralmente, atendendo sempre o interesse público e o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal Nº 8666/93 e alterações posteriores.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO

- 1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto do contrato/ata, a Administração, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização do ajuste.
- 2. Independente da fiscalização rotineira, a Prefeitura poderá utilizar controle tecnológico independente para a constatação da qualidade, através de empresa ou instituto especializado, caso em que

p



a CONTRATADA se obriga à aceitação dos laudos técnicos emitidos e a corrigir as eventuais falhas apontadas ou a substituir os materiais considerados insatisfatórios ou inadequados, por sua conta e risco.

- 3. As despesas de laudos de análise dos serviços que se fizerem necessários quando da ocorrência de discordância entre as partes, e quando do não atendimento das especificações, objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.
- 4. Os materiais, acessórios e equipamentos entregues pela CONTRATADA que não atenderem às especificações serão rejeitados pelos técnicos da Prefeitura, devendo ser repostos no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, livres das causas de sua rejeição.
- 5. A fiscalização para cumprimento do presente contrato, por parte da Prefeitura, poderá ser alterada e/ou complementada, a qualquer tempo, mediante autorização do PREFEITO MUNICIPAL e posterior comunicação à CONTRATADA.
- 6. Fica designado pela Prefeitura a servidora Gilmara Cabral da Silva, RG nº 28.927.118-6, CPF nº 181.887.238-27, Recepcionista, Crachá nº 1130, para fiscalização do contrato, bem como, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, que poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- 7. Caberá ao gestor indicado pela Administração, conforme item anterior, o acompanhamento efetivo do cumprimento pela CONTRATADA, dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67 da Lei n.º 8666/93.

IX - CLÁUSULAS OPERACIONAIS

PRIMEIRA — O prazo para entrega será de até 20 (vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Ordem de Fornecimento, que poderá ser encaminhada pelo Município por meio de e-mail. O local de entrega do objeto desta licitação será no prédio da Administração da Saúde, situado na Av. Amélia Colombo Dias, nº 469, Centro, Américo Brasiliense-SP, no horário das 7h às 16h.

SEGUNDA – Os equipamentos deverão possuir no mínimo a garantia legal do fabricante e deverão ser entregues em plena conformidade com as especificações técnicas exigidas no Anexo II do Edital, sendo que esses dados serão conferidos pela CONTRATANTE. Caso contrário, serão trocados, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da comunicação da Contratante, por conta e ônus exclusivos da Contratada.

TERCEIRA – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7°, da lei Federal nº 10.520/02 e artigo 87, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

1 - Pela recusa injustificada em assinar o Contrato (caso houver) dentro do prazo estabelecido: multa de 20% (vinte por cento).

3



- 2 Pela recusa injustificada de retirar a Ordem de Fornecimento dentro do prazo de 02 (dois) dias de recebê-la dentro de sua validade: multa de 20% (vinte por cento).
- 3 Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos:
- 3.1 Até 30 (trinta) dias de atraso após o prazo de entrega: multa de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;
- 3.2 A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia ter-se-á por concretizada a inexecução total da obrigação.
- 4 Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento.
- 4.1 Aplicada qualquer multa, a Administração descontará o seu valor do primeiro pagamento que fizer à Contratada após a sua imposição, podendo ainda ser cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.
- 5 As multas previstas têm caráter unicamente moratório e, conseqüentemente, o respectivo pagamento não exime a Contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato acarretar à Administração ou a terceiros;
- 5.1 As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- 6 Da intenção de aplicação de qualquer das penalidades previstas será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV, do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, quando o prazo para apresentação de defesa pelo interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, § 3º, da mesma lei.
- 7 Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.
- 8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município. No caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.
- 9 No caso de ocorrência de uma, algumas ou todas as hipóteses descriminadas no subitem 1, supra, a Administração poderá contratar com a licitante imediatamente melhor classificada, desde que atendidas as exigências habilitatórias, podendo o(a) pregociro(a) negociar o valor ofertado a fim de que seja obtido melhor preço, observando-se o prazo recursal estabelecido nos itens anteriores.

QUARTA - Fica fixado o Foro da Comarca a que está jurisdicionado o Município de Américo Brasiliense para a resolução de litígios decorrentes da execução deste Contrato, o qual está vinculado ao certame licitatório que lhe deu origem e regido pelas normas do Direito Administrativo e, em especial pela Lei 8.666/93, com suas alterações e pelas normas estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 0039/2017 e

p



seus Anexos.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Administrativo, em três vias de igual teor, prometendo cumpri-lo e respeitá-lo, por si e por seus sucessores.

Américo Brasiliense, 18 de 16056 de 2017.

CONTRATANTE

Dirceu Brás Pano

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Ana Julia Scaggion

ANA JULIA SCAGGION - ME

TESTEMUNHAS

Records to the Joks Protesto De Títulos e Petras

**JUA B. N. CAL/CED. HIO CLARO - SP. CEP 13500 950.

PROVE: (19) 3524-244 - FAX: (19) 3534-1158 - DR. NIVALDO CONCEINA

Records to the Joks Plant Rol (10309). No. 76.

Records to the Joks Plant Rol (10309). No. 76.

E lesto A by roled

BARNATA DANTAS MARCINCI

IN SOL: (1356) 4355 4495 550 8575 1544857

I VALIDO SOMENTE DON O SELD DE ANTENDECIDADE

ESTA TABELIONATO ESTA FILIADO

WWW.censec.org.br

Barbara Publico Consulte

Barbara Publico Consulte

Records to the State of Section of Section Consulte

Records to the State of Section Consulte C





TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2017 PROCESSO Nº 0070/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

CONTRATADA: ANA JULIA SCAGGION - ME.

CONTRATO Nº: 415/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO

CENTRO E U.B.S DO JD. SÃO JOSÉ.

ADVOGADO (S): (*)	
-------------------	--

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Américo Brasiliense, B de A 6056 de 2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

Nome e cargo: Dirceu Brás Pano - Prefeito Municipal

E-mail institucional: gab.prefeito@americobrasiliense.sp.gov.br

E-mail pessoal: dirceupano@hotmail.com

Assinatura:

A Cen

CONTRATADA: ANA JULIA SCAGGION - ME.

Nome e cargo: Ana Julia Scaggion – Proprictária E-mail institucional: anaj.scaggion@gmail.com
E-mail pessoal: Appelentarto moto practico m

Assinatura: John byon Kintent STRMA

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.

FUNE (19)3524-2441 - FAX (19)4534-1188 - DR. NIVALDO SILVEIRA

econingo en devinento CDM valer feonomico, do

BARBARA MANTAS MARCUCCI

1 4986485650484755485751544857 ALVANO GOMENTE CON O SELO DE AUTENTICIDADE

Ww.censec.org

Autorizado SP Autorizado SP 60775-SSP-SP 60775-SSP-SP 609980 428-98

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa ANA JULIA SCAGGION - ME, com sede Rua 09 nº 58 2º andar Centro Rio Claro/SP. inscrita no C.N.P.J/MF sob nº 24.331.827/0001-46 e Inscrição Estadual sob nº 587.228.938.113, representada neste ato por sua proprietária Sra. Ana Julia Scaggion, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 43.561.336-4 e C.P.F nº 355.228.278-58, nomeia e constitui seu bastante procurador a Sr(a). Omar Jones Pinheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 47.100.577-0 e C.P.F. nº 385.468.588-29, a quem confere amplos poderes para representar a empresa ANA JULIA SCAGGION - ME, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO em nome da Outorgante, formular

palmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de nular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de ço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao l da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de rpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar: Proposta de Preço, Ata da sessão e Contratos, prestar todos os esclarecimentos citados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes

certame, em nome da Outorgante.

NA JULIA SCAGGION Licitações do Brasil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 15/11/2016 às 19:47:08 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b2873d1004df94c6fe07e6d78ef59b81d47cd185738f1ca96dbcc4a51ce6 249c258ee2794cc87707943624dc8db2ff5a09d7a6d5847a1ee3c8377ad93c9b45b2e

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para ANA JULIA SCAGGION - ME e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

Esta certidão tem a sua validade até: 15/11/2017 às 03:14:26 (Dia/Mês/Ano)

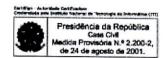
Código de Controle da Certidão: 609597

Código de Controle da Autenticação:

60411111160949530823-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: http://www.azevedobastos.not.br











REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 05/10/2016 às 16:42:29 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05baa7f77dde7e16184a9b9e07851939a5fbcb253e41b5c8e956f651848bd 76e4a46651526b6fb8f29a00507de6a49ce30f10e3f69ec2fcb16a9be79e10e099fb9f

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para GUILHERME AUGUSTO DE GODOY - ME e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

Esta certidão tem a sua validade até: 05/10/2017 às 14:19:58 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 595060

Código de Controle da Autenticação:

50390310161123330656-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: http://www.azevedobastos.not.br



